

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO VEÍCULO ELÉTRICO

‘A mobilidade elétrica é uma realidade sem retorno’

O que é a APVE?

A Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico (APVE) é um organismo de Utilidade Pública sem fins lucrativos, de âmbito nacional, criado em 1999, que tem como missão a promoção de uma ampla utilização de veículos com propulsão elétrica (a Bateria, Híbrido e a Pilha de Combustível) integrada numa política de mobilidade sustentável.

Como e quando nasceu a Associação?

A APVE foi criada em julho 1999 e surgiu na sequência daquilo que já existia na Europa, especialmente em França. A ideia partiu de um conjunto de pessoas ligadas ao ensino e não só, que aquando da realização do Simpósio Internacional do VE fundam a APVE enquanto secção portuguesa da associação europeia AVERE.

Quais são os seus objetivos?

Para a prossecução do seu objeto social a APVE tem como objetivo estratégico desenvolver atividades nos domínios da:

- Promoção de VEs
- Divulgação e informação sobre VEs
- Regulamentação e Normalização de VEs
- Técnica e Demonstração de VEs

Quem são os associados?

A APVE conta com Associados individuais e Coletivos, atualmente cerca de 120 ao todo, sendo cerca de 60% coletivos.

O nosso trabalho é obviamente em prol dos membros, e para que tenhamos maior peso na relação com a sociedade e com as decisões governamentais é importante a massa associativa, nesse sentido procuramos ter um conjunto de membros de diversos setores, com interesses comuns na associação mas com áreas diversificadas de trabalho, entre elas: área de I&D, com universidades, institutos públicos;

área do ambiente e território, com agências de energia e autarquias; representantes e marcas auto; área da energia, com fornecedores de energia e mais recentemente ligados aos postos de carregamento.

Que tipo de iniciativas promove a APVE?

A APVE promove iniciativas de divulgação aproveitando o facto de ter entre os seus responsáveis especialistas em toda a fileira do setor. Contribui ainda para o aumento do conhecimento participando em projetos de investigação e inovação. Sendo uma entidade pro-ativa e facilitadora, promove o diálogo com os parceiros na procura de soluções para a descarbonização do setor e para a redução das emissões poluentes, apostando na penetração de veículos elétricos a substituir veículos de combustão interna, sejam bicicletas, motos, automóveis, autocarros, veículos de logística, ou de outras atividades específicas com energia primária de origem renovável.

Promove o diálogo com a administração central, contribuindo para a organização e coordenação da estratégia e planificação da mobilidade elétrica no país, e fazendo lobby para que a sua adoção seja acelerada e mais rapidamente o país possa responder aos compromissos internacionais que assume (por exemplo, no Acordo de Paris ou no Pacto dos Autarcas) e atingir as metas a que se propõe. Organiza regularmente, em parceria com outras instituições, eventos de discussão que pretendem desenvolver o conhecimento sobre a matéria, como por exemplo o “Smart Cities e Mobility”, e integra diversos painéis de debate em conferências, seminários e workshops sobre o tema. Promove iniciativas de sensibilização sobre as mais-valias da mobilidade elétrica e como esta pode contribuir para a sustentabilidade do sistema de transportes, como por exemplo as que

todos os anos integram a Semana Europeia da Mobilidade em vários pontos do país.

Enquanto Associação, que balanço fazem do momento atual da mobilidade elétrica?

A mobilidade eléctrica é uma realidade sem retorno.

Na mobilidade urbana, por exemplo, defendemos uma redistribuição modal mais racional e sustentável, com maior peso das deslocações em modos ativos, por exemplo com recursos a bicicletas elétricas PEDELEC, e em Transportes Públicos, a evoluírem no sentido da eletrificação das frotas dos operadores, nomeadamente os rodoviários (autocarros, táxis) e futuramente também dos fluviais, uma vez que os ferroviários estão há muito garantidos. Por outro lado, conscientes de que haverá sempre necessidade de recurso ao automóvel particular, a APVE defende uma migração acelerada dos automóveis de combustão interna para os automóveis elétricos, principalmente agora que o mercado está maduro e oferece já soluções competitivas em investimento, e com retornos de investimento claramente vantajosos face às opções tradicionais. Neste particular, para quem não pode ou não quer dispensar a utilização do automóvel, a APVE defende a banalização de serviços de automóveis partilhados em grande escala, sendo neste caso necessário que as autarquias continuem a criar condições favoráveis ao aparecimento deste tipo de soluções. Por outro lado, congratulamo-nos com o esforço que a administração central tem estado a fazer nos últimos meses, no sentido de garantir a atualização da rede de carregamento pública de acesso público e de criar enquadramento favorável (incluindo pacotes legislativos) que agilizem e promovam a adoção da mobilidade elétrica (nas suas diferentes formas) em alternativa à utilização de automóveis de combustão interna.



A mobilidade elétrica não se resume apenas às vendas de automóveis elétricos, que estão relativamente bem face ao contexto europeu. Existe ainda muito trabalho noutros aspetos e que envolvem diversas entidades e setores, há necessidade de atuar na área da regulamentação e normalização e na integração dos sistemas de produção e consumos, isto é, garantir que a mobilidade elétrica é alimentada por energia renovável.

Onde se situa a mobilidade elétrica em Portugal quando comparada com os outros mercados europeus?

A mobilidade elétrica em Portugal está a percorrer o caminho que outros países como a Noruega já percorreram há muito mais tempo. Se pensarmos que a venda de VEs entre 2014 e 2016 mais que triplicou, parece-nos que estamos com um arranque promissor.

Por vezes parece ser verdadeira a ideia de que um veículo elétrico é de alguma forma visto ainda como “marginal”...

Os números falam por si, a venda de VEs entre 2014 e 2016 quase quadruplicou, sendo que o maior crescimento se verificou entre 2015 e 2016. Os portugueses não são conservadores, antes pelo contrário, inovam desde o século XVI, quando definiram uma estratégia para conquistar novos mundos.

O que poderia/deveria mudar do ponto de vista prático para ir ao encontro das necessidades dos utilizadores?

Ultimamente o governo tem vindo a contribuir de forma generosa, nomeadamente através dos fundos estruturais, para a requalificação da rede pública de carregamento de VEs e para a substituição de veículos de frotas, de combustão interna para elétrico, a acrescer à gratui-

cidade da utilização da rede de carregamento e da eletricidade ali consumida. É claro que é sempre possível fazer mais, mas a APVE reconhece o grande esforço que tem sido feito neste sentido. Por outro lado, há alguma falta de enquadramento legal, que se está a tentar debelar. Do lado das autarquias, há muito já feito, por exemplo é banal que os VEs tenham estacionamento exclusivamente dedicados, não paguem estacionamento ou sejam isentos de taxas de publicidade. Há sistemas de bicicletas elétricas partilhadas a serem implementados. Há outras medidas que podem ser promovidas localmente, especialmente enquanto o mercado está em crescimento, de forma a discriminar positivamente os VEs, como por exemplo a criação de zonas de acesso exclusivo a veículos localmente não poluentes ou vantagens em termos de portagens.

E do ponto de vista fiscal?

Os incentivos são adequados tendo em conta que há que pensar no equilíbrio das contas públicas. Há outras iniciativas que não estão totalmente dependentes do estado mas da res-

ponsabilidade dos diferentes atores, como por exemplo reduzir ou eliminar as portagens para os VE.

E o apoio das marcas, é suficiente?

Quase todas as marcas que comercializam em Portugal fazem parte da APVE. Esta é uma prova do interesse deste setor.

Não concordam que o fator conhecimento/experiência (isto é, saber na prática o que é hoje um VE e como funciona) poderia contribuir para acelerar ainda mais a adoção deste tipo de veículos?

Não podemos concordar mais, e como referido esse é um dos objetivos da APVE: levar o conhecimento ao público em geral e ao poder local e central.

Carregamento: como avaliam a rede pública atual?

Na nossa opinião, a rede está a seguir a trajetória correta e a dar passos que vão permitir cobrir as necessidades em todo o país e criar um modelo de negócio que, uma vez consolidado e devidamente regulamentado, passará a ser gerido por privados.

O que falta ainda para que um VE/híbrido seja uma opção totalmente válida?

Do lado dos utilizadores privados, falta ação pedagógica, sensibilizá-los para pensamento de longo prazo e planeamento das suas vidas. Em suma, ensinar a contabilizar o retorno no tempo de vida útil do veículo e demonstrar essa mais-valia. Do lado público, incentivar ações de promoção das renováveis em paralelo com a transição para a mobilidade elétrica. Olhar para as necessidades logísticas das autarquias e quantificar qual o impacto real nessa transição também numa ótica de planejar e fundamentar a decisão em análises de longo prazo. ■

Mais informações em: www.apve.pt

Os números falam por si, a venda de VEs entre 2014 e 2016 quase quadruplicou, sendo que o maior crescimento se verificou entre 2015 e 2016. Os portugueses não são conservadores, antes pelo contrário, inovam desde o século XVI, quando definiram uma estratégia para conquistar novos mundos.